

CEDEAO quer resolver crise na Guiné-Bissau*

Paulo Gorjão

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

No nosso *Convidado* de hoje, uma vez mais, a crise política na Guiné-Bissau, agora sobre a mesa da CEDEAO, organização sub-regional oeste africana, decidida a manter a ordem naquele país e na região. Para analisar esta crise política guineense, temos connosco, Paulo Gorjão, especialista da Guiné-Bissau, e investigador do Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS), em Lisboa.

RFI (João Matos): Como é que vê as últimas evoluções na Guiné-Bissau depois da mudança de Governo? Este fim de semana ocorreu uma cimeira da CEDEAO, CEDEAO que envia ainda hoje uma delegação para a Guiné-Bissau para tentar desbloquear a situação.

Paulo Gorjão (PG): Vejo com preocupação, por um lado, dado que se confirma que a crise na Guiné-Bissau infelizmente está para durar, dado que temos uma situação de impasse político muito grave. Por outro, fico na expectativa. É positivo que a CEDEAO tenha prolongado no tempo, por mais um ano, a ECOMIB, a força policial e militar que tem estacionada na Guiné-Bissau desde 2012, e é mais positivo

ainda esta tentativa de desbloqueio da crise. Vejo com bons olhos o envio desta delegação ainda que com alguma cautela. O envio da missão não significa necessariamente a obtenção de qualquer tipo de resultados. Mas é positivo obviamente que haja um mediador a tentar colocar as partes em diferendo a negociar.

RFI: Esta delegação à Guiné-Bissau sai da cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO onde a Guiné-Bissau foi um dos principais temas debatidos. Alguns países são muito críticos em relação ao Presidente José Mário Vaz nomeadamente a Nigéria ou o próprio Senegal.

PG: Penso que dentro da CEDEAO começa a existir — aliás, já vem de detrás — uma certa fadiga com a questão da Guiné-Bissau. Importa recordar que a CEDEAO entendeu chamar a si, ao abrigo do princípio da subsidiariedade, a resolução desta questão. Não é por acaso que estamos a falar da CEDEAO e que não se fala da CPLP. A CPLP tem vindo, desde 2012, a ser de algum modo marginalizada na tentativa de solução e de mediação da

questão da Guiné-Bissau. A Nigéria há muito tempo que tem vindo a dar sinais de cansaço, nomeadamente de fadiga financeira gerada pela manutenção de uma força policial e militar na Guiné-Bissau. Vejo esta análise da Nigéria fortemente crítica da atitude política do Presidente José Mário Vaz como, quase que diria, uma análise do óbvio. Qualquer pessoa minimamente neutra nesta matéria e sem interesses envolvidos nesta questão percebe que o grande foco de instabilidade nesta altura na Guiné-Bissau tem sido o Presidente da República, que tem assumido posições de natureza política que, para ser simpático, 'esticam' a interpretação do seu mandato num sistema semi-presidencialista.

RFI: Mas acha que o Presidente José Mário Vaz ainda pode recuar na nomeação de Baciro Dja como primeiro-ministro e do Governo que ele nomeou aqui há dias?

PG: Julgo que sim. Aliás, a CEDEAO pode ser um elemento importante nesta matéria. Penso que a comunidade internacional — e aqui não é só a CEDEAO, é a CEDEAO concertada com os restantes parceiros na comunidade internacional, nomeadamente os doadores e aqui sim entra não tanto a CPLP, mas sim Portugal e a União Europeia — tem instrumentos de pressão sobre a Guiné-Bissau, de natureza financeira e política. Nessa medida, o Presidente José Mário Vaz pode ser obrigado a recuar. Isso parece-me claro, mas tal vai depender da pressão que for exercida.

RFI: E qual seria uma solução? Repor o Governo de Carlos Correia ou, pelo menos, de alguém do PAIGC de Domingos Simões Pereira, que ganhou as últimas eleições, ou avançar para eleições antecipadas?

PG: O ideal seria, na minha opinião, avançar para eleições antecipadas que é precisamente aquilo que [o Presidente não quer], por razões óbvias, relativas à sua relação de poder com Domingos Simões Pereira e com o PAIGC. Um

mandato renovado, provavelmente com o PAIGC a obter uma votação superior à última que teve em 2014, significaria uma perda de poder para José Mário Vaz. Parece-me que o Presidente não quer [correr esse risco] e que será uma solução que a comunidade internacional, pelo menos para já, provavelmente não irá forçar. Parece-me possível, provável e desejável que esta nomeação deste novo primeiro-ministro caia.

RFI: Mas paradoxalmente foi esse primeiro-ministro, Baciro Dja, que esteve nesta cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, onde ele foi aceite.

PG: Sim, mas não creio que ele tenha condições para continuar em funções. Parece-me que nestas matérias a CEDEAO também tem uma leitura realista desta questão e qualquer solução acabará por ter o aval do PAIGC. Duvido que se regresse, de algum modo, ao *statu quo ante* com Carlos Correia, Baciro Dja também não é uma opção aceitável do ponto de vista do PAIGC, logo imagino que se terá de nomear um novo primeiro-ministro, porventura um governo de inclusão nacional que permita mais uma vez desbloquear por algum tempo esta situação. Mas será um pouco estar a dar ao paciente comprimidos para a dor de cabeça, sem verdadeiramente ir às causas do problema.

RFI: Mas para já eleições antecipadas também podem ser muito difíceis já que a própria CEDEAO, que teria que financiar estas eleições em parte, não tem dinheiro, está com problemas financeiros.

PG: Um dos principais senão o principal argumento do Presidente da República José Mário Vaz para justificar a não convocação de eleições tem sido precisamente a ausência de dinheiro para a realização de eleições. Verdadeiramente, não creio que isso seja a questão de fundo. Não acredito que, com algum trabalho diplomático, se

houver de facto vontade em marcar eleições que esse dinheiro não apareça.

RFI: Mas o problema é que nesta cimeira a própria CEDEAO diz que tem problemas financeiros a nível da própria organização. Se já tem esses problemas como é que vai financiar eleições na Guiné-Bissau?

PG: Vamos lá ver, a Guiné-Bissau tem outros parceiros na comunidade internacional para além da CEDEAO. A questão pode subir às próprias Nações Unidas e ao Conselho de Segurança.

RFI: Angola pode financiar as eleições na Guiné-Bissau?

PG: Angola ou a União Europeia, ou Portugal através da União Europeia. Não estamos a falar propriamente de uma verba gigantesca. Estamos a falar de um país pequeno com uma população relativamente limitada. O que para a Guiné-Bissau de facto é uma verba considerável não é incomportável para os parceiros da Guiné-Bissau na comunidade internacional.

RFI: Mas o problema é que — e dizia o próprio ex-presidente da Nigéria Olesgun Obasanjo — a comunidade internacional já está cansada. A própria União Europeia está a gastar dinheiro com a Guiné-Bissau, um país que há anos que passa a vida em golpes de Estado, em violência constante e permanente.

PG: Sim, isso é totalmente compreensível e é verdade que há uma enorme saturação da parte da comunidade internacional, nomeadamente dos doadores em relação à Guiné-Bissau porque, no fundo, de alguma maneira a Guiné-Bissau parece um poço sem fundo e as elites política e militar parece que não aprendem, de uma vez por todas, a lição. O problema é a alternativa. A comunidade internacional tem a perfeita consciência que a alternativa é pior. Um desengajamento da comunidade internacional em relação à Guiné-Bissau significa que o problema

se poderá agravar muito mais, que a instabilidade poderá ser muito pior, por exemplo no âmbito do narcotráfico e eventualmente das redes de mobilização de movimentos de natureza islâmica.

RFI: E por falar precisamente em rede islâmica, um dos principais apoiantes de José Mário Vaz é precisamente o Presidente islâmico da Gâmbia, Yahya Jammeh.

PG: Julgo que a comunidade internacional apesar da sua fadiga não deixará a Guiné-Bissau ao abandono. Apesar das dificuldades financeiras — que aliás também não são propriamente uma novidade na CEDEAO — a organização quererá continuar envolvida na Guiné-Bissau por motivos de natureza geopolítica e portanto essa questão acabará por não se colocar. Mais até do que a potencial radicalização dos jovens e a sua adesão a movimentos de natureza islâmica, confesso que me preocupa mais o regresso do espectro do narcotráfico. Parece-me muito mais desestabilizador das estruturas do Estado do que os islamismo.

RFI: E que leitura é que faz dessa outra missão do bispo, de gente da sociedade civil e diplomatas que estariam a tentar desbloquear a situação de alguns membros do antigo governo que estão a ocupar o Palácio do Governo?

PG: Penso que isso é um problema num tabuleiro menor, não é uma questão de fundo. É um pequeno braço de ferro ligado à espuma dos dias. Essa questão não me parece especialmente relevante ou importante. Importante é ver o que temos à nossa frente em termos de futuro e como é que vamos desbloquear este impasse. Havendo uma solução para a crise o resto resolve-se com facilidade.

* Entrevista publicada originalmente na *Radio France Internationale* (6 de Junho de 2016).

IPRIS
Comentário
58

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança
(IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.
As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos
autores e não reflectem necessariamente as opiniões do IPRIS.